MARIA GORETE DA COSTA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADE DE PATOS-PB.

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Engenheiro Florestal.

Patos-PB

1993

DIGITALIZAÇÃO:
UFCG
SUPRA OMNES LUX LUCIS
SISTEMOTECA UFCG

Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2022.

Sumé - PB

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADE DE PATOS-PB

por

MARIA GORETE DA COSTA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Florestal, pela Comissão formada pelos professores:

ORIENTADOR: Elias de Melo Virginio Filho

Prof. Elias de Melo Virginio Filho

EXAMINADORA: _____

Prof. Alana Candeia de Melo

EXAMINADOR: _____

Prof. José Augusto Lira Filho

Patos, 14 de dezembro de 1993

AGRADECIMENTOS

Minha gratidâo vai acima de todas as coisas para "DEUS", que me deu a chance de viver e de procurar fazer alguma coisa pelo meu semelhante neste mundo.

Agradeço a todos os professores que me ajudaram direta ou indiretamente a concluir este curso e a caminhar em busca de sempre mais conhecimentos visando a melhoria das condiçôes de vida da populaçâo mais carente e mais sofrida.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que acreditam e acreditaram em mim (colegas, irmâos e familiares).

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

De coraçâo e alma, agradeço aos professores: Elias de M. Virginio Filho, Alana Candeia de Melo, e a Adelino Ferreira da Costa (Meu Pai Terrestre).

SUMáRIO

		Pg
	INTRODUÇáO	01
1.	MATERIAL E MÉTODO	02
2.	A PROBLEMáTICA AMBIENTAL	02
3.	EDUCAÇáO AMBIENTAL: CONCEITOS E JUSTIFICATIVAS	04
4.	EDUCAÇáO AMBIENTAL NO BRASIL	09
5.	PATOS: CARACTERIZAÇáO DA CIDADE E A PROBLEMATICA AMBIENTAL	14
5.1.	Características do Município	14
5.2.	Impactos Sócio-ambientais	15
5.3.	A Educação Ambiental no Município	17
6.	CONSIDERAÇóES SOBRE UM PLANO PARTICIPATIVO DE EDUCAÇáO AMBIENTAL PARA O MUNICIPIO	18
	CONCLUSáO	20
	REFERENCIA BIBLIOGRAFICA	21

RESUMO

Com a finalidade de fazer frente a problemática ambiental da cidade Patos-PB, este trabalho compôe uma revisâo bibliográfica sobre a temática ecológica com o propósito final de justificar a importância de um plano de Educaçâo Ambiental para o município. Busca-se portanto oferecer subsídios para a discussâo e mobilizaçâo do sistema educacional local e da própria comunidade na caminhada por uma melhor qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A época em que vivemos se caracteriza, ao mesmo tempo, pelo crescimento extraordinariamente acelerado da população mundial, por um desenvolvimento tecnológico que se processa com enorme rapidez e, como consequência natural desses dois fatos, por um gigantesco consumo de recursos naturais e profundas alterações ambientais decorrentes das atividades humanas, (1).

A ecologia implica uma mudança ética e filosófica profunda. Não se trata de uma moda, mas de um modo de recompor a ordem social sobre novas bases, que levem em conta não só a preocupação conservacionista e os problemas econômicos imediatos, mas sobretudo a finalidade da atividade humana na terra. Diz respeito à possibilidade de se ver no planeta, à preservação da biosfera, (8).

A preocupação central do presente trabalho está relacionada com os impactos ecológicos negativos que ocorrem no município de Patos, causados pelo homem e a necessidade de uma conscientização coletiva que busque soluções para a problemática do saneamento básico, do lixo, da poluição das águas e do ar, da fome, entre outras. Ao meu ver só um programa sistemático de Educação Ambiental poderá gerar e/ou fortalecer a consciência crítica dos cidadãos, principalmente das crianças e jovens, na procura de uma melhor qualidade de vida. Em síntese justificar a importância de um plano de Educação Ambiental para o município e oferecer subsídios para o mesmo, configura-se como os principais objetivos deste trabalho.

1. MATERIAL E METODO

O presente trabalho teve como base metodológica a análise documental de material bibliografico tais como livros, folhetos, monografias e revistas disponíveis relacionadas com a Problemática Ambiental. Com o material disponível foi feito um levantamento geral da problemática ambiental do Brasil, do Nordeste e por último da cidade de Patos, no Estado da Paraíba.

Usou-se também como instrumento metodologico complementar reuniões com professores e estudantes da rede municípal de Patos.

2. A PROBLEMATICA AMBIENTAL

Os recursos naturais (solo, água, vegetação, fauna, ar) e o homem organizado em sociedade, constituem o meio ambiente. Cada um destes recursos tem um padrão de qualidade. O rompimento de um padrão de qualquer recurso natural dá origem à deterioração ambiental e aí inicia-se o processo de diminuição da qualidade de vida. O homem e a sociedade só se desenvolvem quando não há deterioração ambiental, quando não há rompimento do padrão de qualidade, (11).

O problema ambiental é complexo, multidisciplinar e envolve a todos, ninguém está de fora. Quando se começa a discutir e a participar do problema ambiental, quando se identifica o problema ambiental uma das coisas que se aprende é

que "fora" não axiste, só existe "dentro". Então, não adianta jogar pela janela, ou simbolicamente jogar na lata de lixo: Nós estamos jogando "dentro", (9).

A responsabilidade que cada um de nós tem para com o outro constitui a dimensão ética que, independentemente de quaisquer outras implicações, deve orientar o nosso comportamento diante das complexas questões ambientais com que nos defrontamos, (7).

Na nossa sociedade, a escola é o ponto de partida para a construção da cidadania, levando em consideração que é necessário conceber a cidadania inserida na relação sociedade-natureza. Esse problema de inserir sociedade-natureza pode diminuir ou até desaparecer por completo, se a forma de ensino nas salas de aulas for realmente mudada, uma vez que um professor de geografia, por exemplo, ensina aos seus alunos os tipos de clima, de vegetação, de rochas, de relevo, rios, etc, de forma tão fragmentada e genérica, que os alunos não vêem relação destas informações com o seu próprio espaço vivido. Neste mesmo momento, no seu lugar, ao seu redor estão acontecendo fatos que poderiam ser trabalhados nas salas, conhecimentos extra-escolares que deveriam ser utilizados em aula, mas que por razões diversas (metodológicas, políticas, etc.) não são aproveitados. Com isso a cidadania vai ficando à margem da educação, (4).

Todas as atividades humanas se regem pela clássica definição de "administrar" que o homem inventou, isto é: "exercer uma atividade com a finalidade de realizar um determinado

objetivo e chegar a um pré-estabelecido fim". O ideal seria se este administrador contemplasse certos aspectos com os cuidados que merecem, evitando grandes transtôrnos não só a humanidade, como a toda biota. Infelizmente, o único aspécto tomado em consideraçâo por qualquer planejador ou executor é chegar ao fim proposto e alcançá-lo com a eficiência e utilidade possível, sem levar em consideraçâo o meio ambiente, ou seja, o equilíbrio ambiental alterado ou desviado dos padrões que consideramos desejáveis e aceitáveis, (11).

3. EDUCAÇAO AMBIENTAL: CONCEITOS E JUSTIFICATIVAS

Conceitualizando Educaçâo Ambiental, Hidalgo, citado por Rocha,(1990) diz que esta:

> **É um processo de tomada de consciência política, institucional e comunitária da realidade ambiental, do honmem e da sociedade, para analisar em conjunto com a comunidade (através de mecanismos formais e nâo formais), as melhores alternativas de proteçâo da natureza e do desenvolvimento sócio-econômico do homem e da sociedade.**

A educaçâo ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, nâo podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicaçâo universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país. A educaçâo ambiental deve permitir a compreensâo da natureza complexa do meio ambiente, e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o meio ambiente, com vistas a

utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro, (3).

A evolução dos conceitos de Educação Ambiental tem sido vinculada ao conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido. O conceito de meio ambiente reduzido exclusivamente a seus aspéctos naturais não permitia apreciar as interdependências, nem a contribuição das ciências sociais à compreensão e melhoria do meio ambiente humano. Tratar a questão ambiental abordando-se apenas um dos seus aspéctos-o ecológico-, seria praticar o mais ingênuo e primário reducionismo. Seria adotar o "o verde pelo verde", o "ecologismo", e desconsiderar de forma lamentável, as raízes profundas das nossas mazelas ambientais, situadas nos modelos de desenvolvimento adotados, sob a tutela dos credores internacionais. Com essa visão, as novas definições da Educação Ambiental começaram a ser delineadas. Um exemplo é o conceito que foi elaborado pela Conferência de Tbilisi (URSS), que diz: "A Educação Ambiental é uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade". Essa definição é válida até hoje. As definições são abundantes, mas, de certa forma, as mais recentes guardam, entre si, vários pontos comuns quando acentuam a necessidade de considerarmos os vários aspectos que compõem uma dada questão ambiental, isto é, a necessidade de uma abordagem integradora, holística, (2).

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade da vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida, (17).

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. Comecemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustente o processo de educação. O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Isso é a raiz da educação. Pois a educação é uma resposta da finitude da infinitude, (6).

A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. Portanto a educação tem caráter permanente. Não há

seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem por ser inacabado, não sabe de maneira absoluta. Só Deus sabe de maneira absoluta, (7).

Daí, a sabedoria parte da ignorância. "Conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em fase do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção". Aquele que é "enchido" por outros de conteúdo cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende", ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem- por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais-em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. A educação que, para ser verdadeiramente humanista, tem que ser libertadora. Uma de suas preocupações básicas, deve ser o aprofundamento da tomada de consciência que se opera nos homens enquanto agem, enquanto trabalham. Não há educação imposta, como não há amor imposto, (7).

A Instituição escolar não deve se manter indiferente nesse processo, pois um de seus maiores papeis consiste em proporcionar a profunda reflexão dos alunos, contribuindo com a

formação intelectual, para compreender as causas e os efeitos da situação presente e levar a uma tomada de consciência dos perigos reais que o ambiente corre, das formas de evitar estes perigos e das responsabilidades particulares de cada indivíduo nesta matéria (12,15).

A educação ambiental deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável é fundamental. O desafio da educação, neste particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade, (3).

As finalidades da Educação Ambiental segundo a conferência de Tbilisi, abordam três pontos fundamentais:

A) Ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais;

B) Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;

C) Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente, (2).

4. EDUCAÇAO AMBIENTAL NO BRASIL

Com a criação, em outubro de 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o governo brasileiro, estabeleceu, como parte de suas atribuições "promover", intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente" (Decreto Federal n:73.030, de 30/10/73).

Essa legislação introduzia dois pontos importantes: O primeiro, consistia no conceito de meio ambiente - termo a que nenhuma norma legal anterior, nem mesmo a Constituição Federal, fizera referência; segundo, introduzia a capacitação e a educação ambiental como instrumentos fundamentais para a conservação do meio ambiente, na medida em que o povo brasileiro se educasse para o uso adequado dos recursos naturais.

A legislação de 1973 ainda compreendia o meio ambiente como uma coleção de recursos naturais, além de desviar o fundamento da degradação ambiental na sua real causação- o estilo predatório de apropriação do meio ambiente- para o da ignorância, que só a iluminação da consciência pode suplantar. De forma fragmentária e designada de outras maneiras, a educação ambiental tinha antecedentes no país, sob a forma de educação sanitária, educação florestal, etc, sempre presentes em legislações específicas, mas também carente de eficácia, pois a falta de condições concretas, para desenvolver-se, exauria-se no discurso

normativo. Em nível de legislação, a educação ambiental viria a aparecer novamente na Lei n:6.938, de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente.

A Constituição de 1988 assimila a legislação ordinária e estabelece, como incumbência do poder público, "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (art.225,Pt1 VI). Antes disto, porém, já no início da década de 80, ao articular-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente, um novo conceito de gestão ambiental introduzido pela Lei n:6.938/81 para envolver em um único arranjo institucional os órgãos ambientais de todas as esferas do governo (União. estados e municípios). Na maioria dessas entidades foram criados setores técnicos específicos para tratar de educação ambiental em suas áreas de jurisdição. A peculiaridade notável da década de 70 está no fato de que a educação ambiental se inseriu primeiro na estrutura administrativa dos órgãos públicos de meio ambiente, em vez de ser objeto de trabalho do sistema educativo. Isto talvez se explique em razão dessa educação ser, à época, ainda carente de desenvolvimento conceitual, logo, vinculada mais a ambiente do que a educação propriamente dita, (3).

Entre os vários aspectos negativos da atual educação ministrada no Brasil, ressalta o fato dela não desenvolver no estudante os esquemas mentais que estabalecem a relação dialética das diferentes áreas de estudos entre si e também destas com a realidade social em que vivemos. O estudo da ecologia enquanto

"ciência pura", de nada adianta se não relacionada com os demais campos da ciência, porque ela não leva necessariamente a uma visão globalizante, dinâmica e sistêmica das coisas, isto é, a uma visão "eco-política". Este método negaria os objetivos aos quais atende o atual modelo de ensino, que, em última análise, pretende formar alguns "especialistas" em cada coisa, importantes para atender a atual tecnologia que o sistema emprega. Mas, em geral, os "especialistas" têm uma visão muito estreita do todo, do resto que se passa ao seu redor. São parte do esquema de educação alienante que nos é oferecida nas escolas e universidades, (3).

O Brasil, imerso em intermináveis e improdutivas discussões acadêmicas sobre a natureza da Educação Ambiental, emoldurados por crises político-institucionais e sócio-econômicas infindáveis, viu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Moscou chegar (Moscou, URSS,1987), sem ter muito o que apresentar. Essa conferência, igualmente promovida pela UNESCO-PNUMA, reunia os países membros da ONU para uma avaliação do que fora realizado nos últimos dez anos, e buscava o redirecionamento para a educação ambiental no mundo. O Brasil ficou na mesma situação da maioria dos países pobres, a educação não se desenvolveu o suficiente para ser capaz de produzir as transformações necessárias. As recomendações de Tbilisi e dos encontros regionais para a América Latina e Caribe pouco serviram. A despeito do consenso internacional sobre a necessidade de se aplicar um enfoque interdisciplinar à Educação

Ambiental desde Tbilisi (1977), colaborado dez anos depois pela Conferência de Moscou, e no Brasil pelo parecer do Conselho Federal de Educação, ainda se confunde, em nosso País, "Educação Ambiental" com "ecologia". Mas graças aos professores, nas escolas, a temática ambiental, de alguma forma, já foi incorporada. Porém existe o fator limitante, que são os livros didáticos, os quais não existem, pois na sua maioria a abordagem das ciências biológicas refere-se à ecologia. Também ocorre uma grande carência de recursos instrucionais para a Educação Ambiental no Brasil, assim como oportunidades para treinamento e formação, (2).

As experiências de Educação Ambiental no Brasil se realizaram, primeiro nos ciclos primários e secundários e só mais tarde nos ciclos universitários de graduação e pós-graduação. A lentidão inicial desse processo pode ser atribuída à rigidez da administração educacional e à compartimentação de disciplinas então prevalecentes, associada à falta de qualificação adequada e de tradição do corpo docente na transmissão de conhecimentos em campos que exigissem uma visão mais interdisciplinar da matéria em discussão. Daí, a inserção dos temas ambientais nas escolas e nas estruturas curriculares ter exigido a adoção de programas de treinamento em uma escala que hoje ainda está longe de ser esgotada. A partir de 1975 começaram a aparecer no Brasil, em grande parte estimulados pela recém-criada Secretaria Especial de Meio Ambiente-SEMA, os primeiros projetos de educação ambiental, desenvolvidos por escolas municipais, estaduais ou entidades de

ensino privado, a nível de primeiro e segundo graus. A primeira experiência importante foi levada a efeito pela Fundação Educacional do Distrito Federal, que reformulou seus programas de ciências físicas e biológicas, da primeira a oitava séries, concentrando-os no tema "Homem e o Meio Ambiente", com a participação da Universidade de Brasília e o apoio da SEMA, elaboraram-se textos modulares para a atualização de conhecimentos e sugestões metodológicas, através dos quais promoveu-se a preparação de aproximadamente 4.200 professores para trabalharem com a nova proposta, (3).

Já na região Nordeste, especificamente, desde 1980 realizam-se programas de capacitação de docentes de primeiro e segundo graus nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Bahia. Esses programas que, em geral, são realizados por iniciativa e com apoio dos órgãos estaduais de meio ambiente, das secretarias de educação e das universidades da região, utilizam temas relativos à problemática regional relacionados à poluição, conservação de recursos hídricos, participação da comunidade local na gestão do meio ambiente, através de conselhos comunitários, entre outros. Nessa região, a capacitação está associada quase sempre à montagem de uma rede de Conselhos Municipais de Meio Ambiente-CONDEMAS. Mas no Brasil apesar da magnitude das ações ocorridas dentro da administração pública, da escola e da universidade, certamente, a maior contribuição ao processo de conscientização do público em relação à questão do meio ambiente veio através dos

movimentos da própria sociedade civil: das sociedades ambientalistas e não governamentais, dos meios de comunicação, dos movimentos políticos e culturais, apesar da carência política, (3).

Em meados da década de 70 multiplicam-se no Brasil os grupos defensores de causas ambientais, específicas ou gerais, mas no decorrer do tempo, um segmento deste grupo apresentou a tendência de tratar a problemática ambiental pelo prisma educativo, sobretudo através da educação informal, otimizando a utilização de parques, jardins, zoológicos e outros espaços que pudessem ser realizados com a preservação ambiental. Nos dias presentes, essa tendência tomou ares de verdadeira ramificação do movimento ambientalista, ampliando-se de forma significativa passando a ser chamada "Educação Ambiental", (15).

5. PATOS: CARACTERIZAÇAO DA CIDADE E A PROBLEMATICA AMBIENTAL.

5.1.Características do Município

Classificada como uma das cidade mais importantes da Paraíba, localiza-se na parte central do Estado, acolhendo pessoas de todos os Estados do país que diariamente cruzam as várias rodovias que cortam o município. Patos se apresenta com uma população de cerca de 80 mil habitantes, numa área de 416 quilômetros quadrados. Localizada na micro-região da Depressão do Alto Piranhas, com altitude média de 243m em relação ao nível do mar.

Tem como atividades básicas, a cultura agrícola do algodão, a pecuária e o comércio e, no setor industrial, a produção de óleos vegetais, de alimentos, de aluminios, de calçados e bolsas.

Na parte educacional o município conta com 108 escolas de primeiro e segundo graus, sendo 74 da zona urbana e 34 da zona rural. Contando ainda com vários cursos universitarios tanto nível particular como público.

5.2.Impactos Sócio-Ambientais

A cidade de Patos convive com destacados problemas ambientais, de tal forma que um Plano de Educação Ambiental se torna uma medida de extrema importância a ser tomada.

Na sequência indica-se algumas das limitantes ambientais locais comentadas por Virginio Filho, 1993:

A) Saneamento Básico: Neste ponto encontra-se um dos mais graves problemas do município, caracterizado pela ausência de um adequado serviço público que alcance toda a população.Os censos de 1980 e 1991 indicam perfeitamente a grandeza desse problema, onde em torno de 43,3% dos domicílios de Patos não são atendidos pelo sistema público (rede geral) de distribuição de água. E ainda 76% dos domicílios de Patos não são atendidos pela rede de esgotos, problema ainda mais grave. Não é ao acaso portanto, que a cólera tenha afetado duramente o município.

B) Rios e Barragens: Um grave problema de nossos rios e barragens, que abastecem a região, é o assoreamento provocado pelo depósito das terras trazidas pelas chuvas das áreas de

captação, onde ocorre um acentuado desmatamento e o uso inadequado do solo. Tal fato reside na ausência de um programa público de proteção e conservação dos solos e dos cursos de água, tão importantes para a vida do homem em nossa região.

Com relação aos rios, em particular, o Espinharas, que é responsável pela distribuição das águas, outrora usadas para a própria agricultura de algumas pessoas pobres, hoje distribui também esgotos e com eles diversas doenças, sem falar na poluição visual.

C)Demanda de Lenha e Carvão Para Consumo Doméstico: Duas linhas de problemas se destacam a esse respeito: uma social e outra ambiental.

Do ponto de vista social, destaca-se os 60% dos domicílios de Patos que utilizam como combustível para cozinhar lenha ou carvão, às vezes paralelo ao uso de outras fontes como gás ou como única fonte de energia.

Com relação ao ponto de vista ambiental se destaca o fato de que sendo esta demanda atendida basicamente pelas matas nativas de município não existem iniciativas que garantam formas adequadas de exploração da vegetação permitindo o fornecimento de madeira para a população e ao mesmo tempo a conservação da flora, impedindo assim, a destruição da natureza que tem ocorrido indiscriminadamente.

D) Alimentação: Grande parte dos alimentos que vão à mesa da população não tem o tratamento devido tanto em sua produção como em sua distribuição, o que coloca em risco a saúde

da população. Sejam os alimentos agrícolas contaminados com agrotóxicos ou com água infestada por micróbios ou as carnes vendidas sem controle sanitário eficiente.

E) Lixo Urbano: Diariamente observa-se o lixo acumular-se por toda parte, pois Patos uma cidade com cerca de 80.000 habitantes não tem um serviço adequado de coleta e tratamento dos resíduos urbanos. Usa-se depósitos em pontos da cidade que formam montanhas de sujeiras, mal cheiro, fumaça tóxica (muito frequentemente se usa o fogo para eliminar o lixo). O lixo é recoletado em toneladas por caminhões e levado para a periferia da cidade em aterros mal feitos que contaminam o ambiente, deixando o ambiente num estado lamentável.

5.3. A Educação Ambiental no Município

Como cidadã patoense a autora enfrentou os problemas que foram citados neste trabalho, uma vez que os viveu no dia-à-dia, só que estes vêem se agravando na medida que passa o tempo, principalmente em função do crescimento da cidade.

A autora sempre estudou nesta cidade,e com sua vivência pode afirmar que nunca presenciou nem ouviu falar, de alguma coisa feita pelas autoridades desta cidade com relação a problemática ambiental. Após entrar na Universidade Federal da Paraíba-Campus-VII, em julho de 1987, a autora começou a ouvir falar na problemática ambiental de Patos.

Vários acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, desenvolveram trabalhos que envolvem a problemática da cidade. Um exemplo é a monografia de Simões (1992), que mostra um

levantamento feito nas escolas de 2º grau e constata que o conteúdo relacionado com a questão ambiental se restringe às disciplinas geografia (61%), biologia (35%), pertencentes respectivamente as áreas de estudos sociais e ciências biológicas. Outros trabalhos realizados por professores e estudantes do Campus VII da UFPB vem abordando os problemas ambientais do município, onde se mostra a problemática do lixo, do saneamento básico, da saúde pública, arborização, etc. Evidentemente é preciso avançar com as iniciativas de pesquisa, mais sobre tudo necessita-se que as autoridades locais assumam esta luta, só assim pode-se começar a pensar numa mudança progressiva com relação as questões ambientais, levando em consideração o bem-estar da população atual e das gerações futuras.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PLANO PARTICIPATIVO DE EDUCAÇAO AMBIENTAL PARA O MUNICIPIO

A cidade de Patos passa por um processo de crescimento, como a maioria das cidades do país, de tal forma que a única preocupação é o desenvolvimento econômico, de maneira que o meio ambiente não é levado em consideração. Como a Educação no país já é defasada, imagine em uma cidade do interior da Paraíba, Estado considerado um dos mais atrasados do País. Dessa forma não se pode negar a importância de um Plano de Educação Ambiental para o município.

A cultura regional tem que ser resgatada em seus aspectos positivos. Por outro lado, processos pedagógicos devém

trabalhar criteriosamente os hábitos negativos que afetam as condições de vida local. Através de uma conscientização é que a transformação social será possível. Neste sentido, a rede educacional do município, interligada com as comunidades, deverá ser a base para a elaboração e implementanção de um programa de educação ambiental.

Como indica nossa Constituição em seu Artigo 225,"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A educação deve estimular a opção e afirmação do homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar. O homem está no mundo e com o mundo, por isso, precisa aprender a respeitar as leis da natureza e saber conviver com elas, procurando com isso, a harmonia entre homem-natureza.

Os problemas que o homem causa a natureza só serão revertidos através de uma educação ambiental multidisciplinar, onde o homem aprenda a conviver com a natureza.

A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário dar oportunidade para que os educandos seja eles mesmos.

De uma forma geral, a aprendizagem será mais significativa se a atividade estiver adaptada concretamente às situações da vida real da cidade, ou local, do aluno e do professor. Cabendo ao professor, conhecer as realidades de sua

escola, adotar, mesclar, adaptar estas, para que haja uma maior captação das coisas que ocorrem ao seu redor e que, de certa forma, não podem ser separadas do homem como é o caso da questão ambiental. As atividades de Educação Ambiental devem ser o centro do programa, portanto permitem, aos alunos, oportunidades de desnvolver uma sensibilização a respeito dos seus problemas ambientais, e buscar formas alternativas de soluções, conduzindo pesquisas no ambiente urbano, relacionando fatores psicossociais e históricos com fatores políticos, éticos e estéticos.

O ensino puramente teórico (simbólico abstrato) deve ser evitado. O imediatamente vivencial permite uma aprendizagem mais efetiva. Então, é necessário que se aplique a teoria em pequena quantidade, como os símbolos verbais e os visuais, depois vem o programa de rádio, TV e exposição, excursão, dramatização, simulação e por último e mais importante vem a experiência direta,só assim poderemos, em dias vindouros, conseguir solucionar, quem sabe, por total, os problemas da cidade com relação a problemática ambiental.

CONCLUSÃO

O homem não vive isolado do mundo, além da necessidade de conviver com outros seres da mesma espécie, ele necessita do meio ambiente equilibrado, de tal maneira, que tudo que está ao seu redor contribui, direta e/ou indiretamente com sua maneira de agir, pensar e viver. É fundamental a conservação da natureza através da busca constante do equilíbrio entre homem e meio ambiente.

Com a conscientização do homem pode-se esperar que nas gerações futuras os rompimentos dos padrões dos recursos naturais que garantem a qualidade de vida sadia ao homem, possam ser evitados.

Os danos ambientais conhecidos e por conhercer-se no município de Patos, assim como a constatação de que inexiste ações de educação ambiental para população, justificam plenamente o esforço das instituições ligadas ao tema no sentido da formulação e execução de uma Plano de Educação Ambiental para todo o município. Neste sentido, é importante o envolvimento da sociedade civil organizada, principalmente frente a necessidade de atuar a nível dos sistemas formais e informais de educação local, de forma democratica e efetiva na busca do fortalecimento da cidadania e da melhoria das condições de vida.

REFERêNCIA BIBLIOGRAFICA

1. CAMARA, I.G. O Problema Ambiental e o Papel das Organizações Conservacionistas Não Governamentais. Rio de Janeiro, 20:5-13, 1985.

2. DIAS, G. F. Educação Ambiental, Princípios e Práticas: São Paulo, Gaia, 1992. 399p. il. Bibliografia: 395-399.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL ORIGENS E EVOLUÇÃO. Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD (Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e desenvolvimento). Brasília, Julho, 1991. Versão Preliminar. pag: 63-67.

4. FERNANDES, B.M. O conceito de natureza: refletindo as dicotomias: Revista da Extensão. Santa Cruz do Sul. V-2, N-2, P:16-30, dez, 1992.

5. FISCHER, N. B. Cidadania, Educação e Meio Ambiente: Revista da Extensão. Santa Cruz do Sul, v-2, n-2, p: 21-28, dez. 1992.

6. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança: 11 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 79p.

7. FREIRE,Paulo. Extensão ou Comunicação? 8 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p.

8. GONÇALVES, C.W.P. Ética e Meio Ambiente: Revista da Extensão; Santa Cruz do Sul, FISC, V-2, N-2, P:5, Dez, 1992.

9. GUATTARI,F. citado por C.Gonçalves In: Ética e Meio Ambiente: Revista da Extensão; Santa Cruz do Sul, FISC, V-2, N-2, P:5, Dez, 1992.

10. LERNER, R. Política e Meio Ambiente. Revista da Extensão. Santa Cruz do Sul, v-2, n-2, p: 29-33, dez, 1992.

11. PEREIRA, N. S. Terra, Planeta Poluído: v-1, Sagra, Rio Grande do Sul. s/d. 170p. il. Bibliografia: 163-165.

12. POCHER, et al. Citado por SEMANA DO AMBIENTE,3. Piracicaba. 1989. Anais. Piracicaba, ESALQ, 1889. 222p.

13. ROCHA, J. S. M. Educação Ambiental Primeiro e Segundo Graus Introdução ao Terceiro Grau. Santa Maria;UFSM, 1990. 124p. il.

14. SCHINKE, G. Ecologia Política: Porto Alegre. Ichê, 1986. 179p. il.

15. SEMANA DO AMBIENTE, 3. Piracicaba, 1989. Anais. Piracicaba, ESALQ, 1889. 222p.

16. SIMÕES, A.A.R. A educação ambiental nas escolas de 2 grau da cidade de Patos-PB. Patos. Monografia, UFPB, 1992. 20p. bibliografia: 19-20.

17. TRATADO DE EDUCAÇAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1992.

18. VIRGINIO FILHO, E. M. Alguns Aspectos da Problemática Ambiental de Patos. Documento; Patos. 1993. 3p.